

#### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

#### 2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

#### 3. Comunicações do Presidente

#### 4. Audição de entidades sobre ensino profissional, tendo por base Projetos de Resolução

[Projeto de Resolução 1373/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes

[Projeto de Resolução 1501/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH – 10h00

#### 5. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

- [Projeto de Lei n.º 889/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Conclusão das obras, extinção e transferência do património da “Parque Escolar, E.P.E.”

**Deputado relator:** Pedro Alves (PSD)

#### 6. Apreciação na especialidade de projetos de resolução aprovados

- [Projeto de Resolução n.º 1565/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Pela correta aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho;
- [Projeto de Resolução n.º 1666/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Pela fiscalização da efetiva aplicação do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho (Emprego Científico)

#### 7. Discussão de Projetos de Resolução

7.1. [Projeto de Resolução n.º 1727/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Propõe a manutenção do curso profissional de artes do espetáculo na Escola Secundária André de Gouveia em Évora

7.2. [Projeto de Resolução 1603/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Requalificação da Escola EB 2,3 de Lordelo

##### 7.3. Discussão conjunta:

- [Projeto de Resolução 1613/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Requalificação da Escola Secundária Joaquim de Araújo, em Penafiel;

- [Projeto de Resolução n.º 1629/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Reabilitação da Escola Básica de Penafiel Sul, do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo;
- [Projeto de Resolução n.º 1745/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que programe obras de requalificação na Escola Secundária Joaquim de Araújo, em Penafiel.

#### 7.4. Discussão conjunta:

- [Projeto de Resolução n.º 1615/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola Secundária Henrique Medina, Esposende
- [Projeto de Resolução n.º 1731/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à reabilitação da Escola Secundária Henrique Medina, em Esposende, e remova todas as placas de fibrocimento com amianto

#### 7.5. [Projeto de Resolução n.º 1616/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Docentes do ensino de português no estrangeiro

### 8. Apreciação e votação de relatório final de petição

- [Petição n.º 498/XIII/3.ª](#) - Revisão do programa curricular da disciplina de Estudo do Meio, do 1.º ciclo do Ensino Básico

**Deputado relator:** Amadeu Albergaria (PSD)

### 9. Fixação de redação final

- [Projeto de Resolução n.º 1364/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Requalificação da Escola Secundária de Castro Daire;
- [Projeto de Resolução n.º 1374/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Secundária de Castro Daire, de modo a garantir dignidade a toda a comunidade escolar;
- [Projeto de Resolução n.º 1432/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Castro Daire.
- **Aprovam o texto de fusão?**

### 10. Apreciação na especialidade de projetos de resolução aprovados

- [Projeto de Resolução n.º 1574/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e realização urgente de obras em escolas do Agrupamento de Escolas Santos Simões, Guimarães

- [Projeto de Resolução n.º 1612/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola Básica e Secundária Santos Simões, em Guimarães
- [Projeto de Resolução n.º 1712/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Requalificação da Escola Básica e Secundária Santos Simões, Guimarães
- [Projeto de Resolução n.º 1722/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente em escolas do Agrupamento de Escolas Santos Simões, em Guimarães
- [Projeto de Resolução n.º 1732/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à reabilitação e requalificação da Escola Básica e Secundária Santos Simões, em Guimarães

## 11. Outros Assuntos

## 12. Data da próxima reunião

- 10 julho – 14h

---

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputado Alexandre Quintanilha (PS), colocou a discussão a aprovação da ordem do dia.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) em nome do seu Grupo Parlamentar o adiamento do ponto 10, uma vez que apresentaram o [Projeto de resolução n.º 1737/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que dote a Escola Básica de São Romão, em Mesão Frio (Guimarães), das condições necessárias que garantam o sucesso escolar, prescindindo, assim, da discussão deste projeto em comissão e solicitando a sua subida imediata a plenário para votação.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) pediu o adiamento do ponto 7.3.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) pediu o adiamento dos pontos 7.4. e 7.5.

Por não ter sido entregue o parecer a que se refere o ponto 5, foi o mesmo retirado da ordem do dia.

## 2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

O Senhor Presidente levou a votação a aprovação da ata n.º 126 e 127, das reuniões de 26 e de 27 de junho, respetivamente, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

### 3. Comunicações do Presidente

#### 3.1. Baixa de iniciativas:

O Senhor Presidente comunicou a baixa das seguintes iniciativas:

- [Projeto de Resolução n.º 1736/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo a criação de mecanismos que regulem o ensino doméstico, no respeito da liberdade e direitos das famílias
- [Projeto de Resolução n.º 1737/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que dote a Escola Básica de São Romão, em Mesão Frio (Guimarães), das condições necessárias que garantam o sucesso escolar
- [Projeto de Resolução n.º 1741/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo que assegure a existência dos trabalhadores da Escola Pública em número necessário e com o vínculo adequado para o arranque do ano letivo 2018/2019
- [Projeto de Resolução n.º 1745/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que programe obras de requalificação na Escola Secundária Joaquim de Araújo, em Penafiel
- [Projeto de Resolução n.º 1746/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que disponibilize todos os meios financeiros necessários para a execução urgente da totalidade das obras necessárias na Escola Básica e Secundária de Rebordosa, Paredes, de modo a que as mesmas fiquem concluídas até ao início do novo ano letivo

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) informou que o seu Grupo Parlamentar pretende a discussão do Projeto de resolução n.º 1736/XIII/3.ª no Plenário; que pretende a dispensa de discussão do Projeto de resolução n.º 1737/XIII/3.ª e remessa para votação; que pretende a discussão em comissão do Projeto de resolução n.º 1745/XIII/3.ª; e que tinham retirado o Projeto de resolução n.º 1746/XIII/3.ª.

O Senhor Presidente comunicou a baixa à comissão para discussão [Projeto de Deliberação n.º 20/XIII/3.ª \(PS\)](#) - Solicita ao Conselho Nacional de Educação um estudo aprofundado sobre as principais opções para um regime de seleção e de recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, propondo o seu agendamento para a reunião de 10 de julho, tendo o Grupo Parlamentar proponente concordado com tal data e não tendo existido qualquer oposição dos restantes grupos parlamentares.

#### 3.2. Baixa de iniciativas para especialidade

O Senhor Presidente informou que baixaram à comissão para especialidade as seguintes iniciativas:

- [Projeto de Resolução n.º 1571/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à realização de obras de reabilitação da Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga
- [Projeto de Resolução n.º 1576/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão
- [Projeto de Resolução n.º 1626/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão de Braga
- [Projeto de Resolução n.º 1562/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de um plano para reabilitação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, na Vila de Joane
- [Projeto de Resolução n.º 1575/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Urgente requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado
- [Projeto de Resolução n.º 1622/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado de Vila Nova de Famalicão
- [Projeto de Resolução n.º 1561/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente reabilitação da Escola Secundária de Barcelinhos e remova todas as placas de fibrocimento
- [Projeto de Resolução n.º 1578/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Barcelinhos
- [Projeto de Resolução n.º 1625/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Barcelinhos - Barcelos
- [Projeto de Resolução n.º 1546/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Concurso extraordinário de recrutamento e colocação de inspetores na área da Educação e Ciência

Questionou, assim, se os Senhores Deputados pretendiam, ainda, o agendamento da especialidade. Os Senhores Deputados informaram que pretendiam o agendamento da especialidade destas iniciativas, agrupadas por temas, solicitando que os serviços da comissão elaborem proposta de texto de substituição para os projetos de resolução que se reportem a obras em escolas.

### **3.2. Exposição de petição da [Petição n.º 500/XIII/3.ª](#) - Solicita a defesa do direito à progressão na carreira**

O Senhor Presidente informou que a petição dirigida ao Presidente da Assembleia República, alegando que houve ilegalidade e injustiça na atuação do Ministério da Educação, que correspondem a uma violação de direitos fundamentais, ao impedir a sua progressão na carreira, ao abrigo do disposto no artigo 54.º do Estatuto da Carreira Docente, com base em falsas declarações da Administração, que indicou que o seu doutoramento não

estava reconhecido para efeitos de progressão, quando esse reconhecimento já tinha sido feito a outra docente. Mais, invocou que a falta de resposta do Senhor Ministro o fará incorrer no crime de desobediência, ao abrigo do artigo 25.º da [Lei n.º 34/87, de 16 de julho](#), e do artigo 23.º da Lei de Exercício do Direito de petição /LEDP, Lei nº 43/90, de 10 de agosto, alterada e republicada recentemente pela [Lei n.º 51/2017, de 13 de julho](#). Nesta sequência, o Presidente da Comissão questionou sobre o procedimento a adotar.

Os Senhores Deputados deliberaram, por unanimidade reiterar o pedido de informações ao Ministro da Educação, sem dependência de prazo.

### **3.3. Pedidos de audiência**

O Senhor Presidente informou que a Comissão Portuguesa de Mediação Arlekin (CPMA) pretendia uma audiência para apresentar a situação relativamente à formação e reconhecimento profissional dos Mediadores de Conflitos em Portugal.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que chegou ao seu Grupo Parlamentar idêntico pedido, considerando que o mesmo relaciona-se mais com a questão da certificação profissional matéria esta da competência da Comissão de Trabalho e Segurança Social.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) expôs que, na sua opinião, a questão é dirigida ao âmbito da educação, sugerindo a consulta da entidade em caso de encaminhamento à Comissão de Trabalho e Segurança Social.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) propôs que o pedido fosse encaminhado à Comissão de Trabalho e Segurança Social, por se tratar da comissão competente em razão da matéria, solicitando que audiência que vier a ser realizada seja informada à comissão, para que os Senhores Deputados possam atender.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referiu concordar com a proposta do Grupo Parlamentar do PCP.

O Senhor Presidente informou que será remetido o pedido à Comissão de Trabalho e Segurança Social, nos termos propostos pelo Grupo Parlamentar do PCP.

## **4. Audição de entidades sobre ensino profissional, tendo por base Projetos de Resolução**

[Projeto de Resolução 1373/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes

[Projeto de Resolução 1501/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH – **10h00**

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas aos representantes das várias entidades, identificados na [página da audição](#) e lembrou a grelha de tempos para a audição.

Interveio depois a Senhora Deputada Ana Mesquita (do PCP, Grupo Parlamentar que apresentou um Projeto de Resolução sobre a matéria) que fez a apresentação da respetiva iniciativa e das recomendações constantes da mesma.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP, Grupo Parlamentar que apresentou um Projeto de Resolução sobre a matéria) apresentou a respetiva iniciativa e pediu informação sobre a situação atual, nomeadamente em relação ao financiamento.

A Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) referiu que o ensino profissional é um percurso alternativo ao ensino regular e uma mais-valia para a sociedade, permitindo o acesso ao emprego e não limitando o acesso ao ensino superior. Realçou depois a importância da formação dos professores, a necessidade de adaptação ao mercado de trabalho e pediu a pronúncia das entidades em relação aos pontos 3, 4, 5 e 6 do Projeto de Resolução do PCP.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) iniciou a sua intervenção referindo que o Ensino Profissional foi, durante muito tempo, o “parente pobre” do sistema de ensino. O atual Governo assumiu no seu programa a valorização do Ensino Profissional, propósito que se tem refletido nas medidas já implementadas e em curso. Salientou, a este respeito, a expansão do Ensino Profissional, que se tem refletido num aumento significativo do número de alunos e de turmas. Mais referiu que a ação do atual Governo também se tem centrado na resolução de problemas deixados pelo anterior Governo, nomeadamente os resultantes da aprovação tardia da rede, tendo procedido a um planeamento e homologação atempada da rede dos cursos profissionais, para além da definição e cumprimento escrupuloso dos critérios definidos para a preparação dessa mesma rede, assim como as candidaturas para cursos profissionais que passaram a ser trienais, facilitando todo o trabalho de coordenação e estabilidade para as escolas e para os alunos. Realçou, ainda, o lançamento do portal da oferta formativa e a alteração do regime da nota para acesso ao ensino superior. Concluiu, referindo que as medidas em curso visam promover um maior reconhecimento do Ensino Profissional e das qualificações obtidas, no âmbito do mercado de trabalho.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) defendeu a necessidade de reflexão sobre o ensino profissional, as escolas privadas e públicas em que é ministrado, os recursos humanos e a diferença do regime de trabalho existente nas escolas privadas. Salientou ainda a necessidade de valorização do ensino profissional e manifestou preocupação com o facto de o mesmo estar dependente de fundos comunitários.

Interveio depois o representante da AEEP – Associação de Estabelecimento de Ensino Particular e Cooperativo – que defendeu a valorização do ensino profissional (tendo identificado até cursos que são relevantes para o acesso ao ensino superior e para o sucesso neste grau de ensino) e a aposta na autonomia e flexibilidade no ensino profissional. Salientou ainda que o ensino profissional deve prosseguir objetivos para além das necessidades locais e a rede deve ser plurianual, para permitir a estabilidade de todos os níveis. Concordou ainda com a compensação pelos atrasos no financiamento e considerou como fundamental a alteração do regime de acesso ao ensino superior dos alunos do ensino profissional.

O representante da ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais – indicou que as tabelas de financiamento têm por base a média de custos, há 10 anos que não têm atualização e há 5 anos houve uma redução das tabelas. Pediu depois turmas com menos alunos e a reposição dos números anteriores.

A representante da ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional - defendeu que Portugal precisa de ensino profissional e foi fixado o objetivo de atingir 50% dos alunos. Informou depois que a ANQEP tem vindo a preparar a rede antecipadamente, faz anualmente uma análise das prioridades de trabalho, para as empresas, Municípios e sociedade, está a melhorar o planeamento da rede e tem trabalhado na acreditação das entidades, fixando novos critérios.

O representante da APEC – Associação Portuguesa de Escolas Católicas – referiu que antes da crise o número de alunos por turma era 18 e atualmente é entre 24 e 30. Indicou depois os atrasos do POCH – Programa Operacional Capital Humano – e informou que não contestam o financiamento por verbas comunitárias. Esclareceu ainda que têm custos com contas caucionadas para suprir os atrasos do POCH e não são elegíveis para aquele Programa. Defendeu também a necessidade de estabilização do acesso ao ensino superior.

O representante da APEPA - Associação Portuguesa de Escolas Profissionais Agrícolas – indicou que o financiamento do POCH é para despesas correntes e não tem havido investimento nas infraestruturas. Informou depois que uma grande parte dos alunos, após o estágio, querem ficar nas empresas e não concluem o curso. Defendeu ainda que a oferta formativa não pode mudar anualmente, reiterando a necessidade de plurianualidade. Informou que as escolas profissionais agrícolas são regionais e desenvolvem cursos ligados às atividades da região. Questionou depois os atrasos na contratação dos técnicos especializados, que só chegam às escolas em outubro e cujas contratações têm de ser renovadas, enfatizando a necessidade de pessoal no início do ano. Salientou igualmente que os alunos das escolas agrícolas têm de estar na escola durante todo o dia, até depois das 18h, atentos os trabalhos que desenvolvem.

Os representantes da FENPROF – Federação Nacional de Professores - consideraram o modelo de financiamento do ensino superior desajustado, sendo que é baseado em fundos comunitários e não no Orçamento do Estado e referiram que o financiamento chega muito tarde, dado que só em dezembro e janeiro foram permitidas as candidaturas e as escolas só recebem o financiamento no final do ano letivo, tendo informado que a FENPROF já manifestou preocupações aos responsáveis e apresentou propostas específicas. Defenderam que as transferências financeiras deveriam ser feitas no máximo em setembro. Pediram também igualdade de tratamento entre as escolas públicas e privadas, que os juros por atrasos sejam pagos pelo Orçamento do Estado e reiteraram a importância da plurianualidade da rede.

No período do debate registaram-se intervenções dos representantes de várias entidades, que se sintetizam abaixo:

1. ANESPO – Nas escolas públicas são criados alguns cursos profissionais sem condições para o efeito; há necessidade de diminuir o número de alunos por turma;



2. FENPROF – Registam-se diferenças entre as escolas públicas e privadas, nomeadamente a nível do estatuto do pessoal docente; os atrasos no financiamento também afetam os professores; a responsabilidade pelo ensino profissional é partilhada por vários Ministérios e há dificuldades de articulação; os professores das escolas privadas têm uma carreira mais curta e com uma remuneração inferior no topo, embora o financiamento por turma seja igual ao atribuído às escolas públicas, em que os docentes têm remuneração superior;
3. AHRESP - Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal – Discordam do ponto 6 do Projeto de Resolução do PCP (diminuição da duração da formação em contexto de trabalho); há 4 Ministérios envolvidos no ensino profissional, nomeadamente os da Economia e Trabalho e não há diálogo entre eles; a AHRESP faz muita formação no turismo e restauração; o número de alunos é muito importante, por questões de pedagogia e qualidade de formação; concordam com o previsto nos pontos 3 e 5 do Projeto do PCP; defendem a orientação vocacional;
4. AEEP – Realçou a importância da dupla certificação como mais-valia; com o contrato coletivo recentemente celebrado passou a haver uma carreira no ensino profissional, o que não existia anteriormente;
5. POCH – Está a ser redefinido o papel do Fundo Social Europeu; há estrangimentos no pacote de financiamento; o financiamento deve cobrir todo o ciclo e não ser anual;
6. FENPROF – Há necessidade de valorizar os docentes do ensino privado, que começam com uma carreira acima do público e perdem tempo de serviço ao longo da carreira; as horas do ensino profissional são menos remuneradas que as restantes; no setor privado há diferenças entre os professores do ensino profissional e os do ensino regular;
7. Turismo de Portugal – O ensino profissional é muito importante para o Turismo; há necessidade de articulação dos vários Ministérios envolvidos; vão criar um Observatório do Turismo, para tratar as várias matérias; defendem mais horas de estágio, o reforço das pessoas que fazem o acompanhamento dos estagiários e a criação de oportunidade de acompanhamentos; pedem a articulação com o POCH e a melhoria dos sistemas;
8. FENPROF – Pedem que o POCH peça contributos e estabeleça diálogo com os parceiros; referem que os alunos estão nas escolas profissionais públicas nuns casos por opção e noutros por obrigação; pedem a avaliação das escolas profissionais públicas; a redução da formação em contexto de trabalho é duvidosa; há necessidade de acompanhamento dos estágios;
9. APEC – Referiu que há cerca de 100 saídas profissionais e questionou se é isso que se quer. Solicitou depois uma formação de banda larga, mas com atenção à carga horária;
10. ANQEP – Indicou que tem havido um aumento do número de alunos no ensino profissional e baixou o abandono escolar dentro da escolaridade obrigatória; A rede precisa de ser apropriada pelas regiões e ter estabilidade e a distribuição deve ser igual entre o público e o privado; O critério de desempenho das escolas é avaliado; O ensino profissional contribui para a sustentabilidade e coesão social.

Intervenção, de seguida, a Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) que, e em resposta a uma intervenção da plateia, referiu que o Ensino Profissional não visa combater, por si só, o abandono escolar, mas tem tido efeitos muito positivos a esse nível. Salientou, depois, a importância da autonomia e flexibilidade curricular, também no Ensino Profissional, e reiterou

a necessidade de valorização do Ensino Profissional e de os alunos poderem aceder, sem dificuldades acrescidas, ao Ensino Superior. A terminar, apelou a uma efetiva cooperação entre todos os atores, para o sucesso do Ensino Profissional.

A Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) referiu que o estágio é muito importante, bem como o respetivo acompanhamento.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) realçou que o ensino profissional inclui matérias muito diferentes, nomeadamente, no que respeita aos trabalhadores, escolas agrícolas, diferenças entre as escolas públicas e privadas e a necessidade de uma oferta ajustada a necessidades mais globais.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) enfatizou a qualidade da formação profissional que tem vindo a ser ministrada.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) realçou a necessidade de se aprofundar o debate em relação ao ensino profissional, enfatizou que o mesmo dá menos formação global ao aluno e concordou com a plurianualidade da rede. A terminar, pediu contributos escritos a todas as entidades e transmitiu a disponibilidade do PCP para reunir com todas.

A gravação da reunião e os contributos recebidos estão disponíveis na [página da audição](#).

## 5. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

- [Projeto de Lei n.º 889/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Conclusão das obras, extinção e transferência do património da “Parque Escolar, E.P.E.”

**Deputado relator:** Pedro Alves (PSD)

Retirado da ordem do dia.

## 6. Apreciação na especialidade de projetos de resolução aprovados

- [Projeto de Resolução n.º 1565/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Pela correta aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho;
- [Projeto de Resolução n.º 1666/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Pela fiscalização da efetiva aplicação do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho (Emprego Científico)

Na apreciação na especialidade intervieram os Senhores Deputados Porfírio Silva (PS), Luís Monteiro (BE), Pedro Pimpão (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), justificando as respetivas iniciativas e propostas, bem como o sentido de voto, procedendo-se de seguida à votação, artigo a artigo, do texto de substituição e das propostas de alteração apresentadas

pelos Grupos Parlamentares, conforme relatório de discussão e votação na especialidade, disponível nas páginas das iniciativas e respetivo texto final.

## **7. Discussão de Projetos de Resolução**

**7.1. [Projeto de Resolução n.º 1727/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Propõe a manutenção do curso profissional de artes do espetáculo na Escola Secundária André de Gouveia em Évora

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo Senhor Deputado João Oliveira (PCP), tendo participado no debate os Senhores Deputados António Costa e Silva (PSD), Porfírio Silva (PS), Joana Mortágua (BE) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

**7.2. [Projeto de Resolução 1603/XIII/3.ª \(PSD\)](#)** - Requalificação da Escola EB 2,3 de Lordelo

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Senhora Deputada Germana Rocha (PSD), tendo participado no debate a Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS), o Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) e as Senhoras Deputadas Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e Ana Mesquita.

### **7.3. Discussão conjunta:**

- [Projeto de Resolução 1613/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Requalificação da Escola Secundária Joaquim de Araújo, em Penafiel;
- [Projeto de Resolução n.º 1629/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Reabilitação da Escola Básica de Penafiel Sul, do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo;
- [Projeto de Resolução n.º 1745/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que programe obras de requalificação na Escola Secundária Joaquim de Araújo, em Penafiel.

Adiado a pedido do PSD.

### **7.4. Discussão conjunta:**

- [Projeto de Resolução n.º 1615/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola Secundária Henrique Medina, Esposende
- [Projeto de Resolução n.º 1731/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à reabilitação da Escola Secundária Henrique Medina, em Esposende, e remova todas as placas de fibrocimento com amianto

Adiado a pedido do PCP.

**7.5. [Projeto de Resolução n.º 1616/XIII/3.ª \(BE\)](#)** - Docentes do ensino de português no estrangeiro

Adiado a pedido do PCP.

## **8. Apreciação e votação de relatório final de petição**

- [Petição n.º 498/XIII/3.ª](#) - Revisão do programa curricular da disciplina de Estudo do Meio, do 1.º ciclo do Ensino Básico

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD), enquanto deputado relator, o qual expôs o relatório apresentado, colocando-se na disponibilidade de prestar os esclarecimentos necessários.

Levado a votação o referido relatório, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 9. Fixação de redação final

- [Projeto de Resolução n.º 1364/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Requalificação da Escola Secundária de Castro Daire;
- [Projeto de Resolução n.º 1374/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Secundária de Castro Daire, de modo a garantir dignidade a toda a comunidade escolar;
- [Projeto de Resolução n.º 1432/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Castro Daire.

O Senhor Presidente questionou os Grupos Parlamentares se aprovavam a redação final constante do texto de fusão distribuídos, face à ausência de pronúncia do Grupo Parlamentar do PEV, foi deliberado adiar a votação do ponto.

## 10. Apreciação na especialidade de projetos de resolução aprovados

- [Projeto de Resolução n.º 1574/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e realização urgente de obras em escolas do Agrupamento de Escolas Santos Simões, Guimarães
- [Projeto de Resolução n.º 1612/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola Básica e Secundária Santos Simões, em Guimarães
- [Projeto de Resolução n.º 1712/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Requalificação da Escola Básica e Secundária Santos Simões, Guimarães
- [Projeto de Resolução n.º 1722/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente em escolas do Agrupamento de Escolas Santos Simões, em Guimarães
- [Projeto de Resolução n.º 1732/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à reabilitação e requalificação da Escola Básica e Secundária Santos Simões, em Guimarães

Adiado a pedido do CDS-PP.

## 11. Outros Assuntos

## 12. Data da próxima reunião

- 10 julho – 14h

## 1. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

## 2. Data das próximas reuniões

- 10 de julho de 2018, 14h00
- 11 de julho de 2018, 10h00
- 17 de julho de 2018, 15h00

A reunião foi encerrada às 13:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de julho de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Alexandre Quintanilha)**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ana Sofia Bettencourt  
Ilda Araújo Novo  
Ivan Gonçalves  
Joana Mortágua  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
Amadeu Soares Albergaria  
António Costa Silva  
João Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista  
Laura Monteiro Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Álvaro Batista  
Diogo Leão